

## **PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA DO DISCURSO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS DE CURRÍCULO**

Marcia Betania de **Oliveira** – UERJ/UERN

Instituição Financiadora: UERN

### **Resumo**

Este trabalho contesta a ideia de pesquisa como mero procedimento de verificação direta ou teste de uma hipótese ou teoria. Aborda o pós-estruturalismo como potencial produtivo na realização de pesquisas empíricas em ciências sociais e educação, destacando algumas contribuições das abordagens e dos referenciais analíticos pós-estruturalistas, bem como alguns dos desafios postos nessas pesquisas. Considera a Teoria do Discurso na compreensão de políticas de currículo, compreendendo que as escolhas metodológicas baseiam-se em propostas discursivas que devem ser reconhecidas e postas em jogo no processo de pesquisa. Destaca categorias teóricas como discurso, práticas articulatórias, sujeito, demandas e hegemonia. Defende a ideia de currículo como prática discursiva, cultural, de poder e de significação. Compreende identificações políticas como cortes antagônicos, que aproximam diferentes demandas; um fechamento provisório de significantes que se constituem como um texto, fruto de debates, da impossibilidade de pensamentos.

**Palavras-chave:** Pós-estruturalismo. Teoria do Discurso. Pesquisas em ciências sociais e educação. Políticas de currículo.

## **PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA DO DISCURSO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS DE CURRÍCULO**

A validade da perspectiva desconstrucionista na análise de políticas é considerada por Denzin e Lincoln (2006), como um dos desafios para a pesquisa qualitativa. Esses autores afirmam que “os pesquisadores qualitativos defrontam-se com uma tripla crise de representação, legitimação e práxis nas disciplinas humanas” (p 31). A primeira crise consiste no fato de que tais pesquisadores não podem mais captar diretamente a experiência vivida, a qual é criada no texto social escrito pelo

pesquisador. Esta crise defronta-se com o inescapável problema da representação, o fazendo dentro de um esquema que problematiza o elo direto entre a experiência e o texto. A segunda crise, da legitimação, torna problemáticos os critérios tradicionais para a avaliação e a interpretação da pesquisa qualitativa. Ela envolve uma séria reconsideração de termos como a validade, a capacidade de generalização e a confiabilidade, já re teorizados em discursos diversos. Para os autores as duas primeiras crises influenciam a terceira que questiona se é possível realizar mudanças no mundo sendo a sociedade apenas um texto, evidenciando que elas se entrecruzam e se confundem assim como as soluções para as questões que suscitam.

Neste escopo compreendo, entretanto, assim como defendido por Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013), que pesquisa não deve ser vislumbrada como um procedimento de verificação direta ou teste de uma hipótese ou teoria. Nessa perspectiva, abordo o pós-estruturalismo como potencial em contribuir em abordagens e referenciais analíticos na realização de pesquisas empíricas em ciências sociais e educação. Considero produtivo o debate sobre a articulação da Teoria do Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (2001) na realização dessas pesquisas, em particular sobre políticas de currículo, entendendo o campo educacional como campo político, como produção de sentido, destituído de verdades fundantes, que desestabiliza consensos, gera antagonismos, dissensos e exclusões (Lopes, 2013) em torno de sua abordagem. .

Discuto tais abordagens com base no referencial teórico de Laclau (2011; 2013) e em estudos de Lopes (2011, 2012, 2013, 2014), Macedo (2006), Mainardes, Ferreira e Tello (2011), Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013), Burity (2007, 2010), Mendonça (2007, 2012), Peixoto e Mendonça (2006), Costa e Lopes (2013), Lopes e Macedo (2011).

## 1 O pós-estruturalismo: contribuições para a pesquisa qualitativa

O pós-estruturalismo constitui-se a partir de debates significativos em que autores como Foucault e Lacan, inicialmente vinculados ao estruturalismo, vão construindo teorias que acabam questionando as concepções estruturadas de linguagem, em especial, “em torno da crítica a Saussure pela defesa da flutuação de sentidos do significante e pela desestruturação da unidade do signo” (LOPES, 2013, p. 13). Lacan, ao inverter a relação saussuriana entre significante e significado, quebra a unidade do signo conferindo primazia ao significante, defendendo que o significante resiste à

significação. Para ele, o sentido do que falamos é sempre posterior ao ato de fala, porque depende da relação com o outro, pré-existente a nós mesmos, entendido como linguagem.

Inclui-se nesses debates a perspectiva desconstrutivista de Derrida, a qual com sua noção de suplemento contribui definitivamente para a desestruturação da estrutura do signo, em uma perspectiva de que “todo o conhecimento é então interpretado como um discurso e conectado ao poder”. (LOPES, 2013, p. 12). No questionamento sobre um centro fundante que garante a estruturalidade da estrutura, orientando-a, Derrida visa a mostrar tal estruturalidade, “[...] o seu excesso, o que a perturba, a indecidibilidade associada ao que se pretende unívoco e identitariamente harmônico” (Wolfreys, 2009, apud LOPES, 2013, p. 14), apontando para que “a estrutura exige uma relação com um exterior que a constitui”, uma presença, um fundamento que não pode ser explicado no interior da própria estrutura. (Idem, p. 14). Como crítica ao sistema estático de regras na estrutura saussuriana da linguagem, Derrida (2001) considera que não há sentidos originais na linguagem, mas sempre representações nas quais sentidos são suplementados. Se isso acontece, é porque estamos sempre tentando preencher uma lacuna na significação, tal qual na escrita, vista por ele como o suplemento do pensamento; aquilo que o representa (a escrita) na sua ausência (o pensamento) (Derrida, 2001).

Outra categoria colocada em crise no estruturalismo, pela crítica ao existencialismo e ao humanismo, é a de sujeito. Os pós-estruturalistas consideram a ação dos sujeitos um aspecto crucial para a compreensão das políticas e enfatizam a fluidez do poder e sua posse pelos diferentes agentes (Mainardes, Ferreira e Tello, 2011). O sujeito lacaniano questiona o sujeito cartesiano e sua estrutura enquanto tal; não o eliminando enquanto sujeito, mas destacando o seu descentramento, questionando “o seu caráter de origem ou fundamento, tal como também se opera ao questionar a estrutura” (LOPES, 2013, p.13). O sujeito existe “como resultado de um ato de decisão, acrescenta Laclau, habitada pela indecidibilidade, suplementa Derrida.” (LOPES, 2013, p.13).

Para Lopes (2013, p.13), o pós-estruturalismo “não se constitui como um movimento ou um conjunto de doutrinas comuns”, visto que autores que optam por essa perspectiva de análise buscam “salientar a pluralidade dos jogos de linguagem que tornam provisório o processo de significação, sem fechamento final”. Também podem ser associados a esses questionamentos, tendo em comum apenas “a crítica ao

cientificismo das ciências humanas com base na linguística, à pretensão do estruturalismo de construir fundamentos epistemológicos e identificar estruturas universais comuns a todas as culturas e à mente humana em geral” (p.13).

O pós-estruturalismo busca na abordagem foucaultiana a sua análise do poder, por meio do diagnóstico das estruturas de “saber-poder” e da denúncia das tecnologias da dominação. Para Foucault, o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, visto que cria novos saberes os quais podem tanto oprimir quanto libertar. O poder está disperso por todo o sistema social, descentrado, não localizado em um único local, como por exemplo, no Estado. Além disso, está estreitamente vinculado ao saber, “fazendo parte da constelação de “saber-poder”, o que significa que o saber no sentido das práticas discursivas é produzido no exercício das práticas de poder, a serviço do controle do corpo” (PETERS, 2000, p. 44). Tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente.

Discursos instituídos da política são entendidos como formas “de ordenar dimensões capazes de subverter e refundar o social de outras maneiras, reconhecidamente antagônicas e conflituosas” (LOPES, 2014b, p.1). Assim também, ao questionarem os fundamentos (ground) de noções como verdade, projeto, classe social, realidade e sujeito, os “registros teóricos pós-críticos [...], abalam a própria compreensão do que vêm a ser o currículo e seu caráter político” (LOPES, 2013, p. 2).

Destaco, portanto, algumas das contribuições das abordagens e dos referenciais analíticos pós-estruturalistas (e pluralistas) para essas pesquisas, apontadas por Mainardes, Ferreira e Tello (2011, p. 163): rompem com modelos lineares, constituindo-se como um diferencial significativo quando comparados com pesquisas que dispensam o emprego de referenciais teóricos para fundamentar análises políticas quando investigadas; estimulam o pesquisador a analisar tanto o contexto amplo quanto os aspectos microcontextuais (escolas, salas, de aula, etc). Ao mesmo tempo, tais referenciais e abordagens colocam aos pesquisadores uma série de desafios, dentre eles está a necessidade de o pesquisador compreender as implicações da abordagem ou do referencial analítico que emprega, sempre vinculando a concepções epistemológicas específicas em seu trabalho acadêmico.

Pensar pós-estruturalmente na elaboração de pesquisas qualitativas aponta, então, possibilidades e limites como o de compreender que “as possíveis estruturações passam a ser compreendidas como descentradas e desestruturadas”, em que “a ideia de estrutura é substituída pela ideia de discurso” (LOPES, 2013, p. 13). Sem estruturas

fixas que fechem de forma definitiva a significação, mas apenas estruturações e reestruturações discursivas, em processos contingenciais em que são questionadas noções como a transcendência e a universalidade.

Postas essas questões, considero produtivo o debate sobre a articulação da TD de Laclau e Mouffe (2001) na realização de pesquisas empíricas em ciências sociais e educação, em particular sobre políticas de currículo. Compreendo que as escolhas metodológicas nessas pesquisas baseiam-se em propostas discursivas que devem ser reconhecidas e postas em jogo no processo de pesquisa. Tendo em vista que “as formulações teóricas também são discursos opacos e interessados, que constituem a realidade e que, portanto, não podem representá-la de forma neutra ou imparcial” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p.1334), uma teoria passa a ter relevância em um dado contexto dependendo de sua capacidade de interação com o mesmo, “de ser apropriada por/para ele e de produzir sentidos que possam mobilizar a realidade”. (idem, p. 1334). Esses autores consideram que uma pesquisa orientada pela TD “é virtualmente incompatível com o modelo hipotético-dedutivo, [...] e demanda a articulação de um modelo de explicação que reconheça o caráter precário, contingente e intrinsecamente comprometido do próprio discurso científico”. (P. 1337).

## 2 Pela Teoria, a política como disputas discursivas

Na perspectiva de Laclau e Mouffe, a linguagem é apenas um dos componentes da estrutura discursiva. O discurso possui, enquanto sistema, a sua evidente dimensão linguística, mas não se restringe aos atos de fala ou ao que está estritamente escrito, englobando também as ações e relações que possuem significado social, sendo resultado de uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais.

Ao abordar o movimento da ideia do discurso como objeto ao discurso como ontologia social, Burity (2010) apresenta uma lógica de compreensão de tal movimento. Aponta que, com a circulação das primeiras publicações resultantes da recepção dos debates europeus (notadamente franceses) sobre a análise do discurso no Brasil, a partir de fins dos anos de 1970, cedo se percebeu que o discurso ia além de sua análise no âmbito do debate linguístico. Apresentando-se, desde sempre, enquanto objeto de lutas pelo poder, pelo controle da enunciação, envolvendo a concepção e implementação de táticas, estratégias, repertórios de ação, gestualidade, ritualização, etc., que são parte integrante das formações discursivas como lugares de hegemonia. Assim, nunca se está

só com as palavras, falas, intenções manifestas ou veladas. Simplesmente, “não há ação social sem significação, mas toda significação está inscrita – ainda que nunca plena ou definitivamente – num discurso.” (BURITY, 2010, p.11).

De acordo com seus registros, a TD veio a ser assim chamada a partir do trabalho seminal de Laclau e Mouffe (1985), em que, apesar de ainda não nomear um campo novo, a centralidade da categoria discurso o invocava e ensaiava passos nessa direção. Burity (2010) aponta que termos como pós-marxismo, teoria da hegemonia, teoria do discurso referem-se a “distintas dimensões dessa intervenção intelectual e política que suscitou intenso debate em várias partes do mundo, embora permaneça marginal nas ciências humanas e sociais brasileiras”. (p. 12).

A TD é definida como uma teoria política, devendo “ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sociopolíticos,” em que discurso possui centralidade explicativa para esse projeto teórico. (MENDONÇA, 2012, p. 205). Nessa perspectiva,

[...] discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação das práticas e que, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva. E esta é conjunto de discursos articulados, por meio de diferentes práticas hegemônicas; entender uma formação discursiva significa entender um processo hegemônico: como são definidos os termos do debate político, quais agendas e ações são priorizadas, que instituições, diretrizes e normas são criadas. (LACLAU, 2011, p. 9-10)

A noção central do discurso “articula-se com um complexo arranjo de conceitos como prática articulatória, momentos, elementos, exterior constitutivo, antagonismo, hegemonia e significantes vazios”, dentre outros (PEIXOTO; MENDONÇA, 2006, p. 9-10). Além disso, apresenta a contingência e a precariedade como características peculiares das formações discursivas, e conseqüentemente das organizações político-sociais. A contingência refuta o potencial explicativo da realidade social enquanto determinismo econômico. A utilização desse conceito pela TD infere também na negação de que a liderança da sociedade é um privilégio da classe operária em direção à sua própria emancipação. Assim, “as categorias marxistas são fortemente abaladas pela noção de contingência, tendo em vista que só as condições políticas e sociais reais e contingentes podem apontar qual é o grupo político capaz de ser o ponto nodal mobilizador”. (PEIXOTO; MENDONÇA, 2006, p.10). Quanto à precariedade, a noção central do discurso “aponta para a inexorável finitude de toda e qualquer constituição hegemônica, uma vez que a hegemonia de determinado grupo político está sempre

tendente a perder a sua força”, tendo em vista que uma das características da política reside justamente em considerar que “toda vitória política é sempre uma vitória parcial e finita.” (Idem, p.10).

Para Burity (2010), as dimensões subjetiva e simbólica da prática política são constitutivas. Estaremos diante do político sempre que uma experiência antagonística ou um deslocamento na estrutura produzam uma demanda articulada de tal forma que seu atendimento torna-se impossível nos limites da ordem estabelecida sem alterar esta última, sem por em xeque sua conformação hegemônica (p. 16). As demandas são definidas por Laclau (2013) como resultado de uma articulação de demandas a qual se encontra em situação peculiar com a ordem estabelecida, apresentando-lhe reivindicações. “Como essa ordem não pode absorver completamente a demanda, ela não pode se constituir como uma totalidade coerente.” (LACLAU, 2013, p. 26). Assim, é possível compreender que não há identidades políticas fixas, definidas a priori, anteriores ao processo de articulação e de tomada de decisão dos sujeitos. As identidades dos sujeitos que atuam nas políticas são constituídas pela forma como suas demandas são incorporadas na prática articulatória, em um terreno precário e sempre vulnerável. (LOPES, 2011, p.42).

A articulação é definida por Burity (2010) como termo chave, que fala tanto “da construção de uma vontade coletiva pela transformação de uma demanda particular num objeto de investimento simbólico universal ou “representativo” da comunidade em geral”, quanto “das operações simbólicas que precisam ser realizadas para tal”. (p. 17). À medida que demandas particulares podem se transformar em pontos nodais de articulação de vontades coletivas mais amplas, há um trabalho da articulação a ser realizado, que não é dado pela situação nem vem “de graça” pela boa vontade de outras demandas. (grifos do autor, p. 17). A partir da compreensão de que um discurso só se estabelece como totalidade estruturada como decorrência de uma prática articulatória, estabelecida como uma relação entre elementos, e que tal articulação empreendida modifica a identidade dessa relação, Lopes (2011, p. 36) aponta que há sempre uma polissemia, uma multiplicidade de significados que pode subverter o processo de articulação.

Estudos como o de Costa e Lopes (2013) têm operado com a TD, por compreendê-la “[...][seja] como potente aporte teórico que viabiliza pensar a política como disputas discursivas em prol da hegemonização de significantes na política curricular, seja por intermédio de uma tendência ao seu esvaziamento” (COSTA;

LOPES, 2013, p. 63). Esses autores se afastam de perspectivas teóricas que analisam a política por meio de registros racionais e submetidas a outras esferas, como a econômica ou a jurídica. Visto que a política, intrinsecamente conectada ao poder, para além de mostrar-se como disputa pela produção de um centro, o faz também “como disputa pela possibilidade de descentrar, de bloquear um poder que pretenda cessar a política pela produção de um centro definitivo” (Idem, p. 63). Para eles, essa teoria se insere, então, na perspectiva de pensar a subjetividade como em relação a um “para além”, como adiamento, como se precipitando pela alteridade; que impossibilita o acabamento do “eu”, das articulações, do fim da política, ao mesmo tempo em que “auxilia a não operar com a projeção de um horizonte, a ter em foco que o que se faz é um trabalho contínuo de articulação com vistas à hegemonização de um dado horizonte particular” (COSTA; LOPES, 2013, p.63).

## 2.1 Hegemonia: entre desestruturas e descentramentos

Em *Emancipação e diferença*, ao referir-se à transição (a adoção de um novo paradigma por Kuhn), Laclau (2011) afirma que "não se pode dizer que a persuasão é redutível à força.", não significa um abandono indiferente e indolor, mas envolve repressão de outras possibilidades: é o resultado de uma luta (p. 173). Há um nome em sua tradição política (referindo a si mesmo e à Mouffe, em HSS) “que se refere à peculiar operação chamada persuasão, que só é constituída pela inclusão, dentro de si mesma, de sua violenta oposição: esse nome é hegemonia.” (LACLAU, 2011, p. 173).

Ao abordar sobre a relação entre necessidade e contingência, Laclau (2011) destaca que, assim como na relação entre o desejo que se quer suprimir e a decisão de suprimi-lo, não há conexão interna, em absoluto. Existe, porém, nessa relação uma importante dialética a ser detectada, para além do conceito usual marxista, assim explicado:

Se cada um dos elementos que formam parte do bloco hegemônico tivesse identidade própria, sua relação com os outros seria meramente contingente; mas, se a identidade de todos os elementos contingentes depende de sua relação com os outros, tais relações, caso a identidade seja mantida, serão absolutamente necessárias. (p. 174).

Costa e Lopes destacam que Laclau constrói a lógica desse processo, por analogia, com a lógica de condensação de desejo no objeto a lacaniano: “o objeto



inexistente, não objetivo, que expressa o resto do que hipoteticamente se desejou e se perdeu; [o qual] só se sabe desejado pela perda, pela falta, pois escapa à simbolização” (COSTA; LOPES, 2013, p. 61). Aquilo que é buscado, em todas as relações, e permanece no desejo sem nunca ser alcançado, sem que a falta por ele provocada nunca venha a ser preenchida e nem por isso a busca - que não cessa de resolver e reconstruir os sentimentos identitários pelo objeto do desejo - cesse. As ações que se desdobram em função dessa busca constituem o sujeito, tendo sua identidade sempre adiada (Costa; Lopes, 2013).

Para Laclau (2011, p. 175), em analogia ao jogo de xadrez, a lógica interna da operação hegemônica que subjaz ao processo de persuasão, “mesmo com um número indefinido de jogadores que possam vir a participar do jogo”, tem suas regras sempre ameaçadas, visto que podem ser sempre subvertidas, demonstrando o caráter inteiramente relacional da identidade, provisório, e que, mesmo homogeneizando as séries, mudará com a formulação de uma nova. Isso acontece porque “novos elementos entram no quadro e (que) a velha regra é incapaz de homogeneizá-los; [...] geralmente, a nova regra é aceita, não porque se goste dela, mas só porque é uma regra, porque ela introduz um princípio de coerência e inteligibilidade no caos.” (fonte p.175).

Hegemonia, nessa perspectiva, é para Laclau (2011) “o terreno discursivo em que, na história do marxismo, o fundacionalismo começou a desintegrar-se” (2011, p. 173), passando a ser “o resultado de um processo contingente de articulação política num conjunto aberto, cujos elementos têm identidades puramente relacionais.” (fonte p. 173), em um processo pelo qual “as identidades deixam de ser puramente imanentes a um sistema e exigem uma identificação com um ponto transcendente a esse sistema, [...] quando uma particularidade se torna o nome de uma universalidade ausente” (Idem, p. 173).

Assim, para o autor, uma operação hegemônica “é essencialmente tropológica, mas exige movimentos estratégicos muito particulares a serem realizados dentro do continuum metafórico/metonímico” (2011, p. 204). Para Laclau (2011, p. 213), “qualquer metonímia tem uma tendência natural de se transformar gradativamente em metáfora, tornando-se a relação de contiguidade, uma relação de analogia”. Dada a imprevisibilidade de identidade dos agentes sociais, os momentos estratégicos de curto prazo, que só são possíveis em função das narrativas, operam pela analogia no ponto em que a metáfora e a metonímia se cruzam e limitam seus efeitos mútuos (216). Nisso consiste a hegemonia.

Operar com a hegemonia em uma perspectiva discursiva pode apontar para várias possibilidades definidas por Lopes (2013): investigar a desestabilização da noção “de currículo como um conhecimento selecionado a partir de uma cultura mais ampla para ser ensinado a todos, em nome de um projeto de transformação social e de formação de sujeitos” (LOPES, 2012, p.4), bem como, de “projetos de formação de um sujeito emancipado e consciente, capaz de dirigir a transformação social”; questionar o centramento do sujeito, com identidades fixas, desestabilizando a ideia de “projetos curriculares que têm por propósito formar uma dada identidade no aluno ou operar com uma identidade docente pré-estabelecida”. Assim, Lopes (2013) aponta que, “se deixamos de ter projetos de futuro fixos e certezas em relação ao futuro, os projetos de formação para uma dada sociedade são contestados”, (p. 18) tendo em vista que “sociedade é ela mesma uma categoria impossível pois não há fundamentos absolutos que a sustentem como uma identidade plena.” (idem, p. 18).

Nessa perspectiva é possível considerar, com base na TD (Laclau e Mouffe, 2001), que o desafio na constituição de uma nova hegemonia é construir processos de articulação “em que a identidade hegemônica não seja constituída a priori, de fora do processo, e no qual uma dada particularidade possa assumir certo nível de universalidade provisório e reversível”. (LOPES, 2006, p.37).

## 2.2 Sujeitos e demandas na constituição de processos identitários

Partindo do princípio pós-estrutural de que a estrutura social, assim como a linguística, é aberta e descentrada, Laclau e Mouffe (2001) recusam a determinação de identidades fixas, visto que tal fixação “[...] cria a ilusão de que há algo positivo na definição dessas identidades, [...] de que elas remetem mesmo a um sentido que lhes é próprio” (LOPES; MACEDO, 2011, p.229). Ao fazê-lo, esses teóricos apontam, não para a destruição das identidades, mas para o esvaziamento de um sentido necessário dado de antemão e estabelecido pela estrutura.

Em um trabalho que discute a importância de se repensar a categoria do sujeito, “não para negá-la, mas para explorar os processos políticos que a informam”, Burity (1997, p. 3), aponta que o pensamento de Laclau sobre a questão se constrói “exatamente na referência cruzada à desconstrução derridiana e à lógica da identificação lacaniana, sujeito descentrado como sujeito da falta”. (BURITY, 1997, p. 18). O sujeito “(...) emerge no momento da decisão, da resposta a um chamado que não escolheu [...] e

perante o qual, ao responder (e só é sujeito em respondendo) torna-se responsável”. Isso, porque, “precisamente [...] o sujeito calcula, decide; [...] o sujeito é infinitamente responsável face ao outro; [...] jamais consegue recolher-se no repouso do seu lugar próprio, onde ele é ele mesmo [...]” e “nem por isso ele deixa de existir, morre, desvanece.” (idem, p. 18).

Desta maneira, considera Burity, “o sujeito da falta, a política e a hegemonia tornam-se momentos que se requisitam mutuamente” (BURITY, 1997, p. 21). Por ser constitutivamente dividido/incompleto, o sujeito vai-se construindo por sucessivos atos de identificação. Por operar “[...] num terreno histórica e contingentemente tecido, esse sujeito parcial pode refazer ou subverter a ordem vigente, apontando para outras possibilidades de organizá-la, particularmente nos momentos em que esta (a ordem) falha” (idem, p. 21).

Lopes e Macedo (2011) apontam que, para melhor entender como o movimento de descentramento da estrutura é estancado, visto que não há regras que permitam fechar e centrar a estrutura, Laclau e Mouffe lançam mão da ideia de sujeito. “A lógica de que é a estrutura fixada que define a identidade dos sujeitos, ao tomar uma decisão política, passa pela inversão de que é o sujeito, ao tomar tal decisão, que fecha a estrutura no mesmo movimento em que se torna sujeito, em que se identifica com o outro.” (p. 227).

Sujeito, por assim dizer, “o precipitado discursivo das articulações, uma decisão tomada em um terreno indecível” (LOPES, 2014b, p.10), em que “a plenitude de uma identidade é, assim, necessariamente impossível, pois não há um fundamento que garanta sua significação de uma vez por todas.” (LOPES, 2014a, p.6). A “subjetivação é constituída como efeito de uma articulação” fonte, em processos de identificação/subjetivação, momentos de condensação provisórios e contingentes que não garantem a priori uma determinada mudança, visto ser esta, efeito de uma ação política. (LOPES, 2014b, p.10).

Nessa perspectiva, o sujeito se constitui pelas demandas articuladas, por movimentos de reivindicações à ordem estabelecida (Laclau, 2013). Lopes e Macedo (2011) afirmam que as demandas “borbulham de forma desordenada como possibilidades não sendo apresentadas por nenhum sujeito previamente constituído” (p.229). O processo de identificação dos sujeitos se dá à medida que algumas demandas ganham força e centralidade, possibilitando-lhes se identificar uns com os outros, em aglutinações que se desenvolvem com vista ao atendimento de suas demandas

diferenciais A centralidade das demandas, em sua dinâmica não essencialista, se dá enquanto antagonismo, momento de fixação, provisório e contingente, e se faz em relação a uma diferença excluída da articulação discursiva, a qual “é simultaneamente condição de possibilidade da articulação (garante que a articulação exista) e de impossibilidade da articulação (confronta e bloqueia essa mesma articulação)”. (LOPES, 2014b, p.10). Assim, “as formas de garantir essa centralidade são definidas na luta política, pela articulação de demandas e de grupos em torno de posições que precisam ser hegemônicas, ou seja, “vendidas” como de todo o grupo ou, mais eficazmente, de toda a sociedade.” (grifos das autoras, LOPES; MACEDO, 2011, p. 229).

É no processo de articulação, nas práticas articulatórias, que as identidades são constituídas e que as demandas a elas associadas se deslocam, hibridizando-se, reconfigurando seus significados em função da articulação e do antagonismo. O sentido relacional da identidade se dá à medida que uma identidade ganha centralidade, visando, com isso, universalizar seus conteúdos particulares. A complexidade do social, no entanto, impede necessariamente a completa universalização ou totalização desses conteúdos particulares, visto que, conforme destacado por Mendonça, “tentativas de fechamento completo de sentidos sociais são empreitadas sempre completas e precárias, [...] contingentes, uma vez que nada pode garantir que determinadas explicações ou efeitos de sentido, sejam capazes de serem universalizados necessariamente” (2007, p. 250). Mendonça (2007) considera que uma pesquisa que tenha por base a TD não há como constituir previamente sentidos sociais ou se levar em conta identidades ou movimentos sociais totalmente constituídos com projetos políticos existentes “desde sempre” em direção a um objetivo preciso. Nessa perspectiva, nunca um projeto político de um determinado discurso tem seus sentidos plenamente constituídos. (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Laclau e Mouffe (2001) defendem a ideia de que há processos de identificação, em que os sujeitos se aproximam e se constituem como grupos “identitários” politicamente ativos. O sujeito, entendido como subjetivação, “é um projeto inconcluso, um significante circulando a depender de uma significação sempre adiada. Seres linguageiros, cindidos e precários” (LOPES, 2013, p.8), construções falidas.

A fluidez das identificações, conforme apontado por Lopes e Macedo (2011) “[...] vai no sentido das discussões pós-estruturais que destroem o binômio identidade/diferença e permitem pensar a diferença em si” (p. 230). A tomada de

decisão que constitui o sujeito é a criação da identificação fluida que, por vezes, nos parece uma identidade plenamente constituída. Assim, a identidade é apenas uma espécie de produto fictício da intervenção do sujeito no sentido de conter a diferença. “Ela não preexiste à diferença, nem coexiste com ela”, visto que “[...] o descentramento da noção de identidade envolve mais do que a pluralização de identidades particulares” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 230), mesmo que haja hegemonias fortes e identificação estáveis, sempre haverá algum sentido que escape do controle.

Nessa perspectiva, os movimentos identitários passam a ser vistos como importantes na denúncia do esgotamento das identidades únicas, seja do Estado, seja da classe, fortalecendo as identidades locais sustentadas, muitas vezes, por discursos essencializadores. Essas identidades “podem ser outra face do mesmo discurso que localiza nos sujeitos algo comum capaz de identificá-los em um outro grupo” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 222); não pretendem aniquilar demais manifestações identitárias; reivindicam direitos legítimos dos sujeitos e, frequentemente, não se contrapõem uns aos outros.” Tal abordagem possibilita “pensar lutas políticas baseadas numa identificação provisória entre os sujeitos, cuja diferença central em relação à ideia de identidade é que ela não tem fundamento de nenhuma espécie” (idem, p. 228).

Essas autoras (2011) destacam ainda que, embora algumas políticas de currículo busquem regular os sujeitos, “desconsiderando a pluralidade de suas identidades, renunciando a outras possibilidades de ser” (p. 230), faz-se necessário destacar o reconhecimento do Outro (identificação) na constituição de projetos educacionais, sem, no entanto, sufocar a sua singularidade. Isso equivaleria a objetivá-lo e eliminaria a própria possibilidade de educar. A teoria curricular fica, assim, diante de uma questão complexa que é a de construir alternativas em que o princípio de identidade e do reconhecimento não retire dos sujeitos a sua capacidade de criação (LOPES; MACEDO, 2011, p. 231), procurando avançar em direção às concepções de estrutura descentrada e de sujeito da falta e da identificação, concebendo os projetos curriculares como híbridos e identitariamente descentrados, enunciados sempre a partir de uma simultânea negociação com o Outro. (LOPES, 2014, p.4).

### 3 A (re) significação do conceito de Currículo

Ao propor o exercício de pensar as relações entre cultura e currículo para além das distinções binárias entre produção e de reprodução cultural, Macedo (2006) entende

ser necessário criar formas, com base em estudos de Canclini, que nos permitam tratar o poder numa perspectiva mais oblíqua, compreendendo o currículo como espaço-tempo de fronteira cultural e a cultura como lugar de enunciação. Embora o faça dialogando com autores pós-coloniais, considera o conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (2001), que incorpora a alteridade e a iteração, como alternativa teórica e política para lidar com contingências históricas em espaços híbridos de negociação.

Assumir a perspectiva pós-estrutural em uma leitura do currículo implica “[...] aceitar que todo e qualquer sentido somente pode ser criado dentro de sistemas de linguagem ou de significação” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 202). O sentido depende da inserção na materialidade de um sistema de classificação e em jogos de linguagem. Ao nomear, a linguagem institui a diferença tornando-se cúmplice das relações de poder, em um processo em que “aquilo que se sabe é movido por uma vontade de poder, assim como o poder exige que se saiba sobre aqueles que serão, por ele, governados” (idem, p. 202).

Compreendendo a atividade de conferir significado como um processo cultural e discursivo, visto que práticas culturais são linguagens, o currículo “[...] é, como muitas outras, uma prática de atribuir significados, um discurso que constrói sentidos; [...] uma prática cultural”, (LOPES; MACEDO, 2011, p. 202). Concordo com essas autoras que redefinir a questão cultural no currículo em termos pós-estruturais (e pós-coloniais) “é tarefa fundamental para se pensar uma ação educacional contra a discriminação” (idem, idem), cuja ação envolve “[...] uma recusa que se fundamenta na denúncia de que não há tais culturas como coisas, a não ser como estratégia de dominação, como narrativas que buscam evitar que se pense diferente.” (idem, p. 215)

Há também uma recusa às leituras de pretensão realista “que operam com a identidade como fixa ou essencial [...] pressupondo que há algo real e específico desses sujeitos expressos pela nomeação” em “uma estrita representação entre o nome e a coisa”, permitindo “falar pelo outro” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 223). Para Lopes e Macedo (2011), nas abordagens discursivas esses termos nada significam em si, mas apenas pela diferença em relação a outros termos que lhes servem de contraponto. “[...] Ou seja, as identidades são definidas pela sua diferença em relação a outras identidades e não por algo que lhes é próprio; [...] recebem marcadores simbólicos que fazem com que sejam vistas como se fossem essenciais [...]” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 223). Assim como os significados, elas (as identidades) também são construídas, produzidas

pelos sujeitos no interior da cultura, no interior de sistemas de representação, e por seu intermédio, em processos muito imbricados (idem, p. 224).

Dado o descentramento da estrutura, em constante movimento “que não é interrompido pela aplicação de qualquer regra possível de ser imaginada” (2011, p. 227), a ideia de identidade fixa, para um currículo aberto à diferença, perde o seu fundamento. Entretanto, esse movimento é sempre estancado, ainda que sentidos continuem a vazar, fazendo com que haja a construção de identidades temporárias e fluidas (enquanto os movimentos estivessem estancados e se os vazamentos fossem desconsiderados).

Considerando as questões aqui levantadas, é possível apontar o pós-estruturalismo e a TD como perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo, em bases discursivas, para a contraposição à ideia de currículo como expressão do instituído. É possível e necessário um currículo instituinte, que aproxime currículo de cultura, e definindo-o como enunciação. (Lopes e Macedo, 2011). O currículo entendido como uma prática discursiva, cultural, de poder e de significação. Em contraposição, também, à ideia da pesquisa qualitativa como representação de identidades fixadas ou de um dado contexto da realidade, que necessita ser validada em função de sua aplicabilidade na prática. Como se a experiência vivida pudesse ser captada, retratada, representada, e, enquanto tal, possível de realizar mudanças no mundo apontando as soluções para as questões que tais mudanças suscitam.

## REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo. **Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política.** Revista Teias v. 11; n. 22; p. 07-29; maio/agosto 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria do discurso e análise do discurso: sobre política e método.** In: WEBER, Silke e LEITHÄUSER, Thomas (org.). Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social. Recife: Ed. UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Psicanálise, Identificação e a Formação de Atores Coletivos.** INPSO-FUNDJAJ, Instituto de Pesquisas Sociais. Fundação Joaquim Nabuco, 1997. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203021343/joan2.pdf>

COSTA, Hugo Heleno Camilo. LOPES, Alice Casimiro. **Sobre a subjetividade/alteridade: conversas com Derrida e Laclau nas políticas de currículo.** In: TURA, Maria de Lourdes Rangel. GARCIA, Maria Manuela Alves (Org.). Currículo, políticas e ação docente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S (Org.). O planejamento da pesquisa qualitativa. (TRAD. Sandra Regina Netz). – Porto Alegre: Artmed, 2006. (pp. 15-42).

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Coordenação e revisão técnica geral: Alice Casimiro e Elizabeth Macedo. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **A razão populista**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Três Estrelas, 2013.

\_\_\_\_\_. MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. Londres, verso, 1985.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas**. In: LOPES, Alice Casimiro; DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes. Discursos nas políticas de currículo. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

\_\_\_\_\_. **A qualidade da escola pública: uma questão de currículo?**. In: Taborda, M.; Faria Filho, L.; Viana, F.; Fonseca, N. & Lages, R. (Org.). A qualidade da escola pública. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1, p. 15-29.

\_\_\_\_\_. **Teorias Pós-Críticas, Política e Currículo**. Dossier Temático: Configurações da Investigação Educacional no Brasil. Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013, (pp. 7-23). Disponível em <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em 20.11.14

\_\_\_\_\_. **Ainda é possível um currículo político?** In: LOPES, Alice Casimiro; ALBA, Alícia. Diálogos curriculares entre Brasil e México (Org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014 a, V.1, p. 43-62.

\_\_\_\_\_. **No habrá paz en la política**. Debates y Combates, v. 4, p. 1-25, 2014b. (versão em português).

\_\_\_\_\_; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo: cultura, política e poder**. Currículo sem Fronteiras. Porto Alegre, V.6, n. 2, p.98-113, 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos S. F.; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. In BALL, Sthepen J; MAINARDES, Jefferson (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo, 2011.



MENDONÇA, Daniel de. **Antagonismo como identificação política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228.

\_\_\_\_\_. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos. Set./dez. ano/vol. 43, nº 003. São Leopoldo, 2007 (pp. 249-258).

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. **A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)

PEIXOTO, Léo; MENDONÇA, Daniel de (Org.). **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PETERS, Michael. **Pós-esruturalismo e filosofia da diferença. Uma introdução**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.